ISSN: 2358-8829

CUIDAR, AJUDAR E EDUCAR: O DESAFIO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O DIÁLOGO COM AS FAMILIAS

Silvano Fidelis de Lira [1]

INTRODUÇÃO

As discussões sobre a relação entre família e escola teem alimentado grande parte do debate educativo, para a escola, há uma grande necessidade de se estreitar laços alimentar as possibilidades de diálogo entre o ato de educar e as formas de aprendizado e construção de saberes gestados no ambiente familiar. Por outro lado, as famílias aguardam da escola, respostas para angústias e muitas vezes socorro diante da educação dos filhos. O que podemos, afirmar, a priori, é que esse diálogo precisa acontecer de maneira linear e colaborativa, sem imposições ou cobranças o diálogo entre a família e a escola é necessário.

O título de nosso trabalho, já de início apresenta três verbos, cuidar, ajudar e educar dialogam com a temática de maneira direta, poderíamos dizer que eles podem ser divididos, cuidar está, quase sempre, associado ao trabalho familiar, uma relação que visa oferecer atenção especial para as crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), pois, quase sempre essas crianças precisam de maior atenção, seja por parte da escola, seja por parte das famílias. Nesse contexto surge a primeiras inquietações que motivam a pesquisa. Como a escola e a família tem dialogado para a promoção da educação especial? Como o cuidar, o ajudar e o educar estão acontecendo de maneira colaborativa, auxiliando no processo educativo?

Por sua vez, ajudar e educar se relacionaram diretamente com a escola, que em seu conjunto de atribuições teria o desafio de fornecer uma ajuda para as famílias, auxiliando, sobretudo, no desenvolvimento das habilidades cognitivas das crianças, educando-as e as preparando para o mundo. Educar, em si, é papel da unidade escolar, a

[1] Graduado do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba; Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba; Graduando em Pedagogia pela UniCV, atualmente é Coordenador das Escolas do Campo na cidade de Cubati/PB e atua como apoio pedagógico junto a Educação Especial. E-mail: silvanofidelis01@gmail.com.

escola deve ocupar-se da educação das crianças e, com o auxílio da família, fazer com que a criança aprenda e tenha as habilidades consolidadas.

Embora esses verbos sejam destinados a cada instituição, o que defendemos aqui é uma prática colaborativa entre família, escola e sociedade, uma vez que a Educação Especial é responsabilidade do Estado e da escola, mas que necessita do apoio e do respaldo familiar, assim, o que busco apresentar aqui são caminhos possíveis para essa realidade. Mostrando que há um diálogo necessário e que ambas podem ganhar com isso, mas para além disso, mostrar que é a criança a principal beneficiada por esta prática dialógica e colaborativa.

De acordo com Szymanski (2010, p. 32), a família é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização que se dá, inicialmente, pela transmissão de valores, crenças e outros saberes importantes para a formação dos sujeitos sociais. Desta forma, os pais se destacam como transmissores e os filhos como receptores em meio a um conjunto de práticas socializadoras. E, ainda nos primeiros anos de vida, a criança começa a frequentar a escola, sendo esta instituição a responsável pelo desenvolvimento de aspectos cognitivos por meio das interações sociais e conhecimento sistematizado.

Há de considerar que, atualmente, o conceito de família tem sofrido várias mudanças (Maluf, 2010) não cabendo mais na conceituação tradicional de família monogâmica e tradicional. Essa nova configuração de família nos faz questionar sobre como podemos estabelecer diálogo com a sociedade e com a escola, esse entendimento não é apenas conceitual, mas faz parte do discurso pedagógico escolar. Não se fala mais em família, mas em famílias num sentido plural e diverso, em que todas as realidades sociais de nossos alunos sejam comtempladas.

Ao discutirmos a temática chegamos ao entendimento de que envolvimento dos pais e professores/escola como parceiros frente à educação das crianças é fundamental para garantir a adaptação e aprendizagem dos estudantes. O que separa as funções de cada um desses sistemas, parental e escolar, são questões acerca do que compete e do que é semelhante a cada um deles. Embora sejam instituições com papeis e funcionalidades diferentes, o diálogo deve ser sempre provocado, discutido e tido como fundamental para o processo educativo.

Destaca-se ainda a importância de revisar os modelos teóricos sobre envolvimento parental com a escola, a fim de estender a compreensão deste fenômeno no caso dos transtornos globais do desenvolvimento. Para tanto, parece ser necessário contemplar

ISSN: 2358-8829

fatores que ocorrem especificamente com famílias que possuem um filho com autismo, como o estresse e suas repercussões e comportamentos de preconceito em ambientes sociais. Não há como alimentarmos ou estimularmos uma melhor relação da família com a escola se continuarmos a perpetuar um modelo de entendimento social que seja baseado em preconceitos.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

De acordo com Minayo (2001) a pesquisa acadêmica deve se preocupar com os fenômenos reais do processo educativo, buscando encontrar possibilidades de reflexão e ação, dessa maneira, a autora aponta variados métodos que podem ser utilizados para a construção do conhecimento.

Minayo (2001, p. 38) aponta a qualidade de pesquisas realizadas por meio da revisão bibliográfica, estudos que se fundamentam na análise de produção escrita sobre um determinado tema e que contribuem para a construção do conhecimento e discussão de temas já revisitados.

A investigação bibliográfica para Prodanov e Freitas (2013, p. 54), tem como fundamenta uma investigação sobre um dado material escrito, observando suas condições de produções

> [...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar.

A pesquisa, ainda de acordo com Antônio Gil (2002) é necessária quando se pretende responder algum problema, ou seja, quando não há informações suficientes sobre algum assunto ou quando existe uma desordem nas informações encontradas o que dificulta a relação com a questão norteadora da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa é um procedimento racional e sistemático que tem por objetivo a formulação de respostas aos problemas propostos.

ISSN: 2358-8829

Para que a reflexão sobre escola e família, suas possibilidades e limites fossem pesquisada, utilizamos as informações e considerações de autores que dedicaram parte de seus estudos a analisar essas relações, além de estudos sobre a legislação brasileira sobre a educação especial, contudo, para que tenhamos uma reflexão mais realista do tema, partimos também de questões observadas no cotidiano da rede municipal de ensino da cidade de Cubati[2], interior paraibano, onde a equipe multiprofissional[3], em parceria com as escolas realizam atividades colaborativas, no sentido de aproximar a escola das famílias, sobretudo, no que diz respeito às famílias atípicas, oferecendo acolhimento e suporte, destaca-se dentro dessa equipe o trabalho desenvolvido por assistentes sociais e psicopedagogos (Masini, 2015).

Essa perspectiva de trabalho valoriza o esforço das famílias e do diálogo entre as instituições de ensino, pensando alternativas e intervenções pedagógicas que valorizem o desenvolvimento da criança e o atendimento por profissionais capacitados dentro de suas especificidades.

---

[2] Os primeiros registros históricos da localidade que hoje configura o município de Cubati remontam ao século XVIII, a essa época as terras eram praticamente despovoadas, sendo esparsamente ocupadas por tribos indígenas da grande nação Tapuia do Nordeste. A ocupação não indígena se atribui a procura de terras propícias à criação de gado e solos férteis, no apogeu do Ciclo do Couro, com sua posse estando vinculada ao sistema de sesmarias. Assim, décadas depois, estas ocupações se consolidaram através do translado de comitivas de tropeiros, gado e religiosos, notadamente aqueles que se deslocavam ao Seridó potiguar. Em 1915 a localidade foi elevada a categoria de distrito, porém, com denominação Canoa. Tal ato fora autorizado pela Lei Estadual nº. 424, de 28 de outubro de 1915, do qual se pode deduzir que nesta data se consolidou a fundação do município, através da instituição do distrito de Canoas, ratificada por ato anterior a 2 de março de 1938, subordinado ao município de Picuí. Apenas em 1943 o distrito retomou sua denominação original, Cubati, conforme estabelecido através do Decreto Lei Estadual nº. 520, de 31 de dezembro de 1943.

[3] A incorporação de Equipes Multiprofissionais na educação básica representa uma conquista recente no Brasil que vem se consolidando sobretudo após o aparato legal da Lei Nº 13.935 (BRASIL, 2019), que determina que a Equipe Multiprofissional da educação básica deve contar minimamente com psicólogo e assistente social, embora não se restrinjam a essas especialidades, pois já existem históricos de equipes que contam com os mais diversos profissionais. A inserção de assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, terapeutas ocupacionais e outras especialidades nas redes de ensino emerge como resposta às demandas cada vez mais complexas que ultrapassam os limites da sala de aula, exigindo olhares interdisciplinares sobre o processo de aprendizagem, desenvolvimento humano e proteção social de crianças e adolescentes. As Equipes Multiprofissionais passam a ganhar ainda mais respaldo com o discurso de inclusão, no entanto, Maria Tereza Egler Mantoan (2015), em vários de deus estudos, ressalta que historicamente a educação brasileira percorreu uma trajetória marcada pela transição de um modelo de integração, em que o estudante precisava adaptar-se ao sistema escolar, para o paradigma da educação inclusiva, que pressupõe a transformação das instituições para acolher a diversidade humana, sobretudo a partir Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (BRASIL, 2008).

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial é uma modalidalidade educativa na qual visa-se oferecer um atendimento adequado para aqueles sujeitos que possuem necessidades especiais, constitui-se num direito socialmente conquistado. Desde a Lei nº 4.024/61, que trata sobre as Diretrizes e Bases da Educação, existiu uma preocupação em integrar as crianças e jovens com deficiência à comunidade escolar, a grande questão é que a parcela que até então tinha direito a esse atendimento era pequena. Em 1994 foi realizada a Conferência Mundial de Educação Especial, na Espanha. Nesse evento foi assinada a Declaração de Salamanca[4], que elenca os problemas na inclusão no contexto escolar e propõem soluções.

A Declaração de Salamanca entende e reafirma que toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas e que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Dessa forma, é dever do Estado e obrigação dos sistemas de ensino oferecer ao aluno com deficiência a mesma educação dada aos demais alunos.

Mittler (2000; 2001) destaca a importância do documento enquanto diretriz fundadora para se pensar uma nova forma de pensar a inclusão, garantindo que ela se torne prática entre as nações e garantir que todas as crianças tenham acesso e direito a educação de qualidade, e que essas crianças especiais tem acesso a escola regular, rompendo com o paradigma da segregação e adentrando num processo de inclusão. De acordo com o documento:

> cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem;
> ada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias;
> os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades;
> as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma

[4] A integra do documento pode ser consultado em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394. Acesso em 22 de outubro de 2026.

> pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades;
> as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes descri minatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa óptima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Assim, a família é de fundamental e importante nesse processo, pois é a base de segurança e autoconfiança do aluno com necessidades especiais. A relação proporciona uma mentalidade menos preconceituosa e mais afetiva por parte da família. Ainda sobre a relação os alunos se tornam mais confiantes para desenvolver suas habilidades e construir sua personalidade, entende-se, portanto é que o a vida familiar e as relações sociais são fundamentais para o exercício da cidadania.

No entanto, observando as dificuldades de algumas famílias no entendimento das capacidades de aprendizagem da criança com deficiência e o interesse de melhor atender alunos com necessidades educacionais especiais por parte das escolas públicas, lançamos como proposta nesse artigo, contribuir através da literatura com reflexões sobre o papel da família na formação dos estudantes com necessidades especiais, bem como analisar a opinião de uma gestora sobre esse tema.

Prado (1981) atribui a família um papel na construção da moral humana, a princípio, à família cabe a missão de produzir um lar marcado pela afetividade, onde a criança deve iniciar seu processo formativo em sociedade, dessa maneira, para a autora é necessário entender que a:

> A família influencia positivamente quando transmite afetividade, apoio e solidariedade e negativamente quando impõe normas através de leis, dos usos e dos costumes. É no seio familiar, que a criança aprende a socializar, dividir, compartilhar e conviver em grupo (Prado, 1981, p. 13).

No entanto, a autora chama a atenção para compreendermos a família como um agrupamento social com várias configurações, não sendo algo natural e imutável, enquanto instituição social, a família, também passa por um processo de historicidade, adaptando-se as modernas conceituações, nesse sentido, a própria escola deve encontrar-se preparada para estabelecer esses diálogos e proporcionar espaços de diálogo. A autora ainda afirma que

ISSN: 2358-8829

> A família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresenta até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar, conforme o grupo social que esteja (Prado, 1981, p. 12).

A família como instituição social faz parte da formação do homem colaborando para o seu desenvolvimento social, cultura, psicológico e moral. No contato com o seio familiar a criança aprende a língua materna, os símbolos e regras, as manifestações culturais e sociais do grupo pertencente, além de aprender uma parte da educação formal em parceria com a escola.

Essa parceria entre escola e família tem gerado muitas discussões, e como resultado dessas discussões nota-se um estreitamento na relação escola e família, possibilitando o crescimento intelectual e social dos alunos de todas as fazes da educação, de forma ainda mais importando quando se trata da educação especial, onde existe a necessidade de uma prática colaborativa.

No que concerne à educação inclusiva, ainda é preciso avançarmos muito nesse sentido, no entanto, destaca-se mudanças significativas a partir da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que tem como finalidades:

> assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2008, p. 14).

Importante destacar que a partir deste momento é que se define a educação especial como uma modalidade transversal de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica. Esta não substitui o ensino regular, que oferta o atendimento educacional especializado de forma complementar e/ou suplementar a todos os alunos público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns com o objetivo de assegurar a esses estudantes sua inclusão no ensino regular.

O documento já aponta para uma prática colaborativa como mecanismo de melhorar o atendimento e oferecer educação de qualidade e pautada nos direitos sociais de cada sujeito. O estudo organizado por Pavão e Pavão (2024) mostra a importância de se pensar a prática colaborativa entre família e escola, e entre professores das salas de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para Paz e Victor (2020, p. 4):

> a colaboração entre os professores de sala regular e os da educação especial é mencionada na PNEEPEI, vagamente, como "desenvolvimento de práticas colaborativas", referindo-se a uma das ações da educação especial no âmbito de uma atuação mais ampla na escola. Contudo, o documento não especifica como devem ser organizadas essas práticas, nem quem são os sujeitos responsáveis pela sua materialização.

O trabalho colaborativo é caracterizado, principalmente, pela ideia de que a articulação entre os saberes produzidos pelos participantes (professores do ensino comum e profissionais de apoio escolar[5]) potencializa resultados que dificilmente seriam alcançados por meio de um trabalho individual. Nesse sentido, para o campo educacional, o trabalho em conjunto pode ser descrito pela parceria entre os professores do ensino regular e especial, desde que os dois professores se responsabilizem e compartilhem o planejamento, a execução e a avaliação.

Assim, educação especial e ensino regular dialogam diretamente, estabelecem ações e proposições sobre o acolhimento, o aprendizado e o bem estar das crianças especiais, revelam a necessidade de dialogar ainda mais com as famílias, estabelecendo contratos sociais, que venham a viabilizar as ações pedagógicas e escolares.

As barreiras no desenvolvimento das práticas colaborativas constituem um ponto nevrálgico e que merece atenção das equipes gestoras, bem como das secretarias e coordenadorias de educação. Pode-se destacar, além da dificuldade de tempo de planejamento em conjunto no horário de trabalho, a falta de conhecimento por parte dos professores sobre como desenvolver essas práticas docentes no viés colaborativo; a ausência de referência sobre a existência de uma política de inclusão que favoreça as práticas de colaboração; bem como a falta de tempo de parceria entre os docentes, gerado, sobretudo, pela grande rotatividade de professores, produzida pelos contratos temporários

[5] Esses professionais de apoio são também chamados como cuidadores, profissionais que dão apoio aos estudantes com NEE.

de trabalho, e; a falta de empatia de alguns professores regentes na divisão de tarefas e responsabilidades com os professores da Educação Especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensar a educação inclusiva implica, necessariamente, na reflexão e investimento em prol da melhoria das condições de aprendizagem de todos os estudantes. Esses investimentos não são apenas de ordem financeira, o que é importante, para termos melhoria na infraestrutura das escolas, essa premissa, aliada aos desafios identificados no processo de escolarização e aprendizagem de um grupo plural de sujeitos, direciona-nos à discussão do ensino colaborativo como uma estratégia potente para a diversificação das práticas pedagógicas em sala de aula.

No entanto, a bibliografia sobre o tema indica que é fundamental defendermos uma atividade colaborativa na educação especial, dessa maneira é necessário que as equipes escolares e a família participem, dialoguem e estejam preocupados com o cuidado e o aprendizado das crianças.

A colaboração interprofissional e da família na Educação Especial se revela como um princípio indispensável para o fortalecimento da educação inclusiva, ao favorecer a articulação de saberes e práticas em benefício dos estudantes, sobretudo aqueles com deficiência. A análise da literatura demonstrou um consenso quanto à relevância de práticas como o planejamento colaborativo, quanto a participação da família no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos entender a educação especial como direito ao cidadão, mas também como elemento indispensável da construção da dignidade humana. Nesse diálogo, vários sujeitos possuem espaços fundamentais, alimentando uma proposta humanista, o cuidar, o ajudar e o educar, se tornam verbos necessários, combativos diante de uma sociedade que coisifica o sujeito da educação especial, ou o enxerga apenas como dados quantitativos. Assim, se requer que a escola mude suas atitudes, sua postura e estabeleça uma relação mais dialógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Orgs.). **Interação escola-família:** subsídios para práticas escolares. Brasília: Unesco, MEC 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

NOGUEIRA, Mari Alice; ROMANELLI, Geraldo, ZAGO, Nadir (Orgs.). **Família & escola:** trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis: Vozes, 2000.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Novas modalidades de família na pós-modernidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O psicopedagogo na escola**. São Paulo: Cortez, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MITTLER, Peter. **Trabalhando em direção à educação inclusiva**: contextos sociais. Londres: David Fulton Publishers, 2000.

_____; MITTER, Penny. **Rumo à inclusão**. Revista Pro-Posições. v. 12. n. 2-3 (35-36). jul.-nov. 2001. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2110/3536-dossie-mittlerp_etal.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2026.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação:** interação social no cotidiano escolar. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores:** a relação entre família, à escola e a aprendizagem. Curitiba: Positivo, 2007.

PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira (Orgs.). **Práticas colaborativas no AEE:** potencializando o ensino, a aprendizagem, a inclusão e a transformação social. Santa Maria, RS FACOS-UFSM, 2024.

PAZ, Alejandra Cesarina Rodriguez; VICTOR, Sonia Lopes. Reflexões iniciais sobre a prática colaborativa e a educação especial. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 58, n. 55, p. 1-22, jan./mar. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/18936/12491. Acesso em 20 de outubro de 2026.

PRADO, Danda. **O que é família.** São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1981.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ISSN: 2358-8829

SOARES, Adriana Fraga. **A participação da família no processo ensino-aprendizagem**. Rio de Janeiro: Alvorada, 2010.

SZYMANSKI, Heloísa. **A relação/escola:** desafios e perspectivas. Brasília: Liber livro, 2010.

TAVARES, Wolmer Ricardo. **Escola não é depósito de criança:** a importância da família na educação dos filhos. RJ Wak Editora, 2012.

ZANATA, Eliana Marques. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa**. 2004. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.